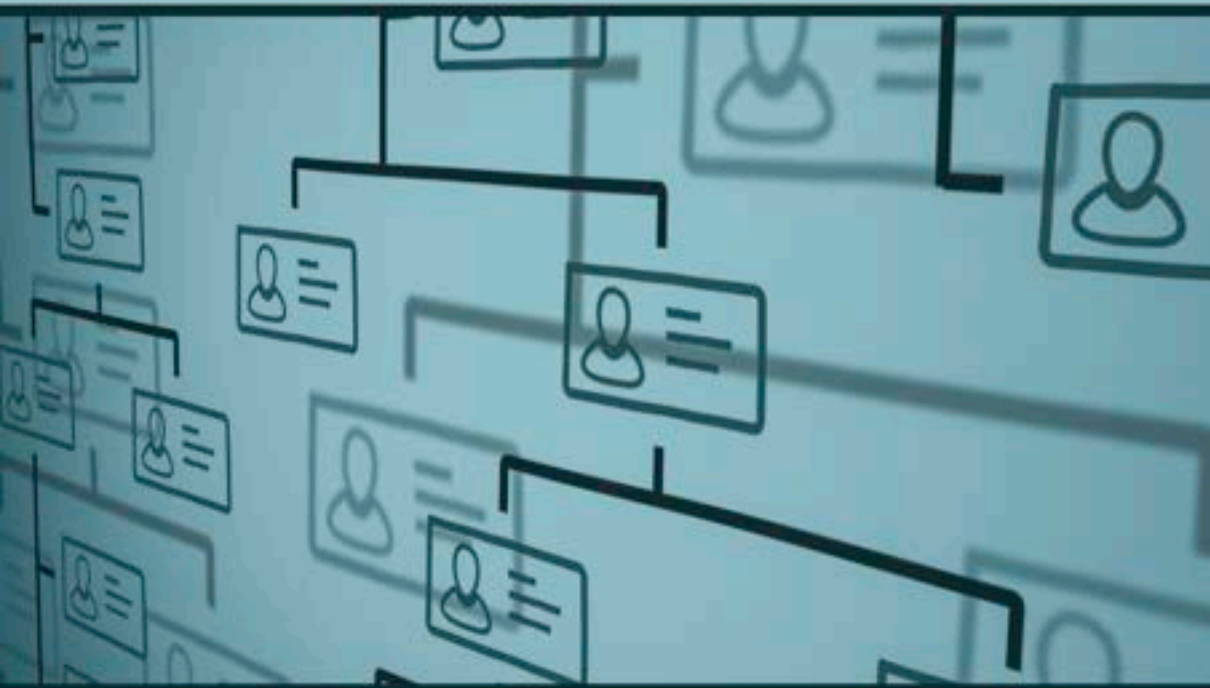


Jhonas Geraldo Peixoto Flauzino
(Organizador)

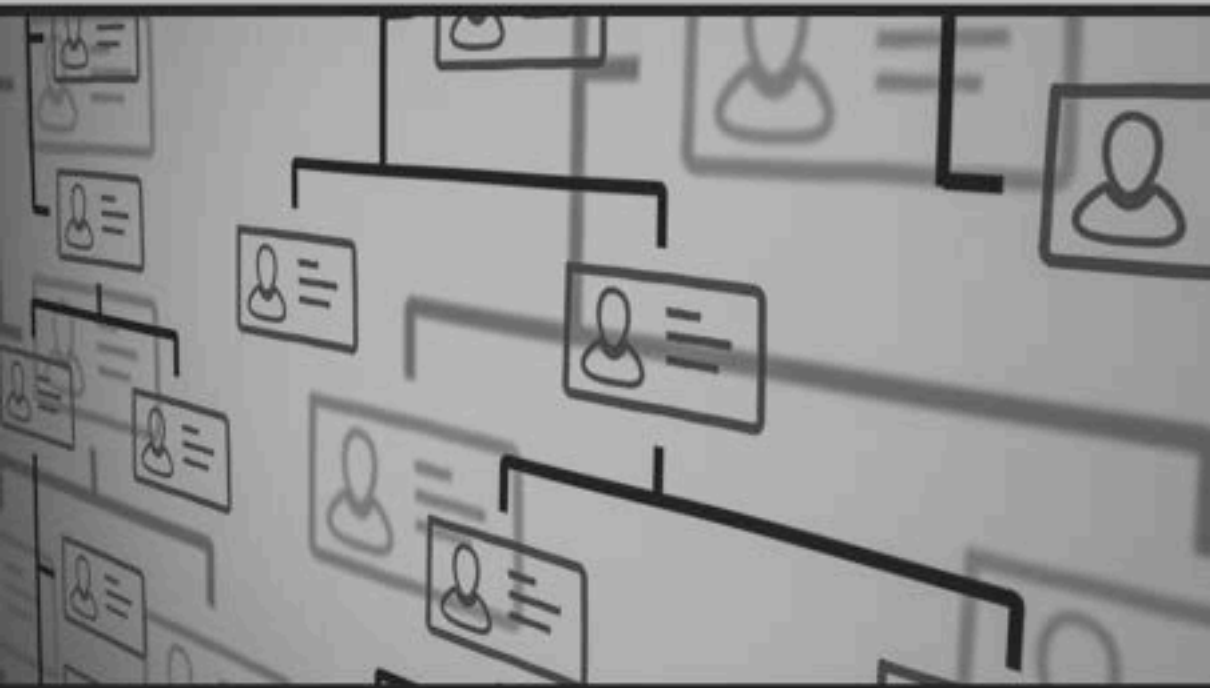


CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional

Atena
Editora
Ano 2022

Jhonas Geraldo Peixoto Flauzino
(Organizador)



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional


Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Ciências sociais aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Jhonas Geraldo Peixoto Flauzino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional / Organizador Jhonas Geraldo Peixoto Flauzino. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0399-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.999221208>

1. Ciências Sociais. I. Flauzino, Jhonas Geraldo Peixoto (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editores
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Há cerca de 500 anos antes de Cristo e antes mesmo da época de Sócrates, o filósofo Heráclito dizia que “nada é permanente, exceto a mudança”. Neste momento passamos por um processo acelerado de mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas. O termo “mudança” vem do latim “cambiare”, que significa substituir uma coisa por outra.

A modificação do estado normal das coisas gera expectativa e apreensão. Posto que é um evento incerto e desconhecido, e por vezes, não previsível. Nesse sentido, diversas autoridades dos diferentes campos do saber vêm buscando fórmulas e meios para reduzir a incerteza, ou até mesmo antecipar-se aos eventos futuros.

É nesse caminho que a presente coletânea composta por 19 capítulos, vem para estimular a nossa curiosidade e despertar-nos do conforto. Nela é discutido uma gama de assuntos, desde a avaliação das medidas restritivas adotadas pelas autoridades por ocasião do COVID-19, a debates sobre o combate ao tráfico ilícito de drogas nas fronteiras do Brasil, e assuntos atinentes a revolução digital no mundo dos negócios.

Isto tudo, para citar apenas três artigos da presente obra. Garanto-vos uma fonte rica de estudos relevantes e atuais. Trata-se de uma obra carregada de vivências de seus autores, o que pode vir a proporcionar aos leitores uma oportunidade significativa de análises e discussões científicas.

Que o entusiasmo acompanhe a leitura de vocês!

Jhonas Geraldo Peixoto Flauzino

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A INEFICÁCIA DAS MEDIDAS ADOTADAS NO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E A COVID-19 NAS PRISÕES BRASILEIRAS


Helio Gustavo Mussoi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212081>

CAPÍTULO 2..... 16

A INTERDISCIPLINARIDADE COMO UM APRENDIZADO AUTONOMO PARA O EMPREENDEDORISMO

Carine Cimarelli


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212082>

CAPÍTULO 3..... 23

A IMPLANTAÇÃO DO TERMO CIRCUNSTÂNCIADO DE OCORRÊNCIA (TCO) NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA: UMA ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS E DIFICULDADES DE SUA CONFECÇÃO NO POLICIAMENTO OSTENSIVO OPERACIONAL

Frederico Carneiro dos Santos

Elizabeth Macuco Zanetti Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212083>

CAPÍTULO 4..... 37

APERFEIÇOAMENTO DO CONTROLE BIBLIOGRÁFICO NO ÂMBITO DA BIBLIOTECA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

Regina L. P. Dell'Isola


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212084>

CAPÍTULO 5..... 54

AS DINÂMICAS SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO URBANO NA CIDADE DE CALDAS NOVAS/GO

Rayza Correa Alves Gonçalves

Hamilton Afonso de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212085>

CAPÍTULO 6..... 65

BLOCKCHAIN: TECNOLOGIA DE REGISTRO DISTRIBUÍDO

Patrick A. B. de Sousa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212086>

CAPÍTULO 7..... 75

BRASIL: A DICOTOMIA ENTRE A RIQUEZA E O DESENVOLVIMENTO

Stefano Almeida Lopes

Antônio de Lisboa Lopes de Araújo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212087>

CAPÍTULO 8.....	83
COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS NAS FRONTEIRAS DO BRASIL	
Anderson Montes Santos	
Allycia Araujo Jovelino	
Bernardino Cosobeck da Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212088	
CAPÍTULO 9.....	92
CONFLITOS TERRITORIAIS: ALTAMIRA UM MASSACRE ANUNCIADO	
Márcio Teixeira Bittencourt	
Peter Mann de Toledo	
Gilberto de Miranda Rocha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212089	
CAPÍTULO 10.....	109
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: POLÍTICAS PÚBLICAS E SABERES TRADICIONAIS NA CONSERVAÇÃO DAS SEMENTES CRIOULAS	
Antônio Valmor de Campos	
Jane Acordi de Campos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120810	
CAPÍTULO 11.....	122
FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO: DA POLÍTICA MUNICIPAL À CENTRALIDADE DO ESTADO NOVO	
João Sena Zanon Gomes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120811	
CAPÍTULO 12.....	134
HOUSING IN PORTUGAL (1992-2008) A MULTIDIMENSIONAL PERSPECTIVE ON THE BEHAVIOUR OF ECONOMIC AGENTS	
António Duarte Santos	
Guilherme Castela	
Iris Lopes	
Nelson Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120812	
CAPÍTULO 13.....	149
MANIFESTAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS PELO MUNDO: O QUE OS GRITOS DAS RUAS ESTÃO QUERENDO DIZER?	
Larissa Ramalho Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120813	
CAPÍTULO 14.....	161
O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: A TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA COMO MECANISMO DE PREVENÇÃO E COMBATE	

À CORRUPÇÃO

Pedro Henrique Hermes


Aline Martins Rospa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120814>

CAPÍTULO 15..... 173

O ACORDO DE PARIS E A DEFESA AMBIENTAL BRASILEIRA


Danilo Lopes de Mesquita

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120815>

CAPÍTULO 16..... 186

O IMPACTO DA GESTÃO DA LOGÍSTICA INTEGRADA SOBRE AS EMPRESAS

Rufice Miguel Mucarre

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120816>

CAPÍTULO 17..... 196

REVOLUÇÃO DIGITAL E NOVOS MODELOS DE NEGÓCIOS: O FENÔMENO DA UBERIZAÇÃO E OS IMPACTOS NA INTENSIFICAÇÃO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

Railson Marques Garcez

José Samuel Scriviner Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120817>

CAPÍTULO 18..... 211

SISTEMA DE BONIFICAÇÃO E A SEGURANÇA DO TRABALHO NOS AMBIENTES PROFISSIONAIS

Patrícia Pereira Pacheco

Vilson Menegon Bristot

Cristina Keiko Yamaguchi


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120818>

CAPÍTULO 19..... 222

BARREIRAS NA PAISAGEM DA CIDADE: A AVENIDA FARRAPOS E O 4º DISTRITO

Silvio Belmonte de Abreu Filho

Simone Back Prochnow

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120819>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 236

ÍNDICE REMISSIVO..... 237

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: POLÍTICAS PÚBLICAS E SABERES TRADICIONAIS NA CONSERVAÇÃO DAS SEMENTES CRIOULAS

Data de aceite: 01/08/2022

Data de submissão: 20/07/2022

Antônio Valmor de Campos

Professor na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação Brasileira – GEHDEB
<http://lattes.cnpq.br/6904172748011262>

Jane Acordi de Campos

Professora da Rede Pública Oficial de Ensino. Escola de Educação Básica Catulo da Paixão Cearense - Sombrio/SC
<http://lattes.cnpq.br/0543908290093002>

Este capítulo teve apresentação de resumo expandido no I SEPPS – Seminário de políticas públicas e sociais: tendências e desafios frente a conjuntura brasileira atual, realizado na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, Chapecó/SC, de 22 a 24 de maio de 2018 – publicado no: portaleventos.uffs.edu.br/index.php/SEPPS/article/view/7696. Também contém excertos da Tese de doutorado território do milho crioulo: a propriedade intelectual coletiva e o melhoramento de sementes como estratégia de reprodução social, do primeiro autor.

RESUMO: Apresenta-se, neste capítulo, alguns “olhares” sobre a tese de doutorado “território do milho crioulo: a propriedade intelectual coletiva e o melhoramento genético como estratégia de reprodução social”, do PPG em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria, defendida em 16/04/2018, juntamente com experiências

educativas e de extensão relacionadas com os movimentos sociais e o papel das sementes crioulas no desenvolvimento sustentável. Também, traz-se alguns elementos do projeto de ensino relacionado com o tema desenvolvido em uma escola estadual no município de Chapecó/SC, intitulado “A horta escolar no ensino de química e o solo como catalizador da aprendizagem: uma atividade pedagógica na EEB Tancredo Neves”, envolvendo estudantes do ensino médio inovador, que realizaram os estudos em sala de aula e, em momento seguinte, realizaram atividades práticas comparativas na horta da escola. Entre os objetivos da pesquisa e do projeto de ensino, estava demonstrar a contribuição dos agricultores camponeses na conservação da diversidade genética das sementes crioulas e do seu melhoramento genético, bem como evidenciar as possibilidades de interação entre os saberes tradicionais e os conteúdos científicos, dos componentes curriculares e como isso impacta no desenvolvimento local/regional, considerando as ações das políticas públicas e dos movimentos sociais. A pesquisa para a tese foi realizada nos denominados “territórios do milho crioulo”, onde ocorre o melhoramento de sementes crioulas, localizados em 10 municípios de Santa Catarina: Anchieta, Ermo, Guaraciaba, Jacinto Machado, Modelo, Palma Sola, Palmitos, Romelândia, Saltinho e São Lourenço do Oeste. O método utilizado foi o da Pesquisa-Ação. O instrumento de abordagem foi um questionário semiestruturado, tendo sido entrevistados 12 agricultores, que melhoraram sementes crioulas e sete técnicos que contribuem direta ou indiretamente com esses agricultores. A base

teórica contou com a discussão sobre os saberes tradicionais, sua inserção e contribuição na conservação da agrobiodiversidade e desenvolvimento sustentável, considerando as políticas públicas voltadas para a conservação e a utilização das sementes crioulas.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento sustentável. Sementes crioulas. Políticas públicas. Saberes tradicionais. Projeto de ensino.

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta alguns resultados de atividades integradas no ensino superior e educação básica, por meio de parceria que, ao mesmo tempo, instiga os estudantes do ensino médio, através de projetos de ensino, que visam fortalecer os laços da educação bancária, com as atividades de pesquisa e extensão, facilitadas pela proximidade, física e intelectual, da unidade escolar EEB Tancredo Neves com a Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

A interação resulta de uma parceria por mais de uma década entres os autores, a unidade escolar e a UFFS. São várias interações, com diversas atividades desenvolvidas conjuntamente, permitindo, por exemplo, que, nas ciências da natureza, seja possível a discussão dos saberes tradicionais, do desenvolvimento sustentável a partir de elementos comuns como as sementes.

Por outro lado, essa parceria motiva o desenvolvimento acadêmico de pesquisa na área, como é o caso da tese de doutorado, que trata dos saberes tradicionais, das sementes crioulas e do desenvolvimento sustentável, a partir das práticas agrícolas dos agricultores camponeses.

Também, na pesquisa envolvendo as sementes crioulas, foi realizada uma abordagem sobre as políticas públicas brasileiras acerca da conservação dessas sementes, bem como da contribuição delas no desenvolvimento sustentável.

Na pesquisa sobre as sementes, buscou-se demonstrar dois limites propostos: *um* deles é a demonstração de fronteiras construídas entre os saberes da comunidade científica e os saberes tradicionais. O *segundo* limite trata de relacionar esse reconhecimento – de agricultor pesquisador – com a possibilidade jurídica de torná-los detentores oficiais de direitos sobre a territorialização dos saberes tradicionais e das suas práticas, produzindo melhoramentos no milho crioulo.

O roteiro utilizado na pesquisa foi o da Pesquisa-Ação, pelas características da coleta dos dados, com sujeitos coletivos inscritos em categorias singulares, que passam a produzir relatos sobre si e sobre suas tradições e posições socioculturais, bem como o caminho trilhado conjuntamente no decorrer da pesquisa, com cumplicidade, de postura e comprometimento ético do pesquisador e abertura do pesquisado para assimilar as transformações necessárias ou propostas.

Como instrumento de coleta dos dados, foi utilizado um roteiro para todos os entrevistados, sendo que foram elaborados dois modelos, um para os agricultores e

outro para os técnicos e entidades. As entrevistas foram gravadas e transcritas em texto, mantendo-se fiel ao conteúdo. A escolha dos colaboradores deu-se em visita prévia na região, onde se estabeleceu um diálogo com os agricultores que cultivam variedades crioulas, constituindo-se uma lista com a sugestão de nomes.

A escolha dos demais colaboradores deu-se pelos conhecimentos acerca do tema de pesquisa, tendo sido selecionadas quatro pessoas. Para eles, a coleta foi diferenciada, os colaboradores preferiram responder de forma escrita os questionários, portanto, praticamente mantiveram a estrutura inicial.

Os municípios em que se localizam os colaboradores estão distribuídos pelo estado de Santa Catarina – Oeste e Sul –, sendo eles: Anchieta, Ermo, Guaraciaba, Modelo, Palma Sola, Romelândia e São Lourenço do Oeste.

A análise das pesquisas – bibliográfica e de campo – deu-se nos limites da articulação do campo educacional com o jurídico, valorizando o processo de apropriação e transmissão dos conhecimentos que são territorializados pelos agricultores camponeses, que utilizam cultivares crioulos.

Evidentemente, há um desafio posto aqui, como levar essa discussão dos saberes para as salas de aula? É nesse caminho que entra a possibilidade do desenvolvimento do projeto de ensino. Ele tem sido um instrumento utilizado nas ciências da natureza, por exemplo, no componente de Química. Isso porque, nos últimos anos, é visível que houve uma evolução do ensino de Química com sua aproximação com situações do dia a dia.

A experiência do ensino de Química relacionada articular-se com a realidade dos estudantes, que tem sido a postura dos professores que atuam na EEB Tancredo Neves, uma escola da rede estadual onde são desenvolvidas atividades diferenciadas no ensino de Química. Essa proposta decorre de projetos de ensino, através de experimentações alunos do ensino médio.

A parceria da pesquisa com o ensino em sala de aula é fortalecida em parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS, que disponibiliza os laboratórios, permitindo a realização de análises do solo, promovendo o aprofundamento dos estudos da química do solo. Por exemplo, foi realizado plantio de milho crioulo no terreno da escola, acompanhado da discussão sobre os saberes contidos no processo de plantio e produção e dos modelos de desenvolvimento propostos pelas políticas públicas, atualmente, no Brasil.

O projeto de ensino iniciou com atividades em sala de aula, relacionando-o com os conteúdos de maior comunicação com a formação química do solo. As atividades práticas iniciaram na horta da escola, com uma discussão *in loco* sobre a composição do solo e sua importância para o planeta e a humanidade. Na sequência, foi feita a coleta, para a análise nos laboratórios da UFFS, a qual foi acompanhada pelos estudantes e professores.

Essa discussão foi acompanhada de aspectos científicos, através dos conteúdos regulares de sala de aula, as atividades práticas de coleta e análise do solo, mas também levou em consideração os saberes tradicionais, levando a comunidade para dentro da

escola para dialogar sobre os saberes, a produção de alimento e os aspectos sociais e humanos envolvidos.

O resultado foi o maior empenho dos estudantes em compreender a importância dos saberes dominados por suas famílias e como eles permitiram que a humanidade evoluísse, chegando ao desenvolvimento tecnológico atual.

Este capítulo apresenta as dimensões dessa parceria, pesquisa, universidade e educação básica. Demonstram-se as possibilidades de parcerias facilitadoras da aprendizagem, bem como é possível motivar o aprendizado dos estudantes através de metodologias ativas e participativas.

Evidentemente, boas propostas educacionais apontam na direção de políticas públicas comprometidas, ao mesmo tempo com o bom investimento dos recursos públicos e os resultados de proteção de culturas ou saberes que impactam positivamente em um modelo de desenvolvimento sustentável, propiciando melhoria nas condições de vida e saúde da população.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ao iniciar as discussões, são indispensáveis alguns olhares sobre o desenvolvimento sustentável, sem esgotar o tema, inclusive por sua complexidade. No entanto, uma consideração importante é que esse modelo de desenvolvimento tem recebido muitas denominações pejorativas, que não representam necessariamente o seu “espírito”.

Por exemplo, no campo empresarial, é comum ouvirmos a expressão de desenvolvimento sustentável, em uma madeireira que cultiva as plantas que utiliza para a produção de madeira. No entanto, no presente caso, pode ser que não ocorra desenvolvimento e, se ocorrer, pode não ser sustentável. No caso de uma madeireira que planta milhares de hectares de pinus, esse ato provoca grande impacto ambiental na flora, fauna e no próprio bioma natural.

Por exemplo, Luciana Butzke e Ivo Marcos Theis (2007), ao tratar do desenvolvimento de Santa Catarina, apontam que o crescimento econômico impulsionado pela ação estatal não resultou na melhoria da distribuição da renda e diminuição das desigualdades. Isso, talvez, porque as políticas públicas estabelecidas não levem em consideração esses aspectos de um bom aproveitamento dos recursos naturais em prol do desenvolvimento sustentável.

Segundo os autores, o conceito de desenvolvimento sustentável teria surgido em 1987, a partir do documento “Nosso futuro comum”. Esse modelo de desenvolvimento preocupa-se com as necessidades da geração atual e das futuras. Essa discussão requer planejamento, participação coletiva e responsabilidade estatal, através de políticas públicas adequadas, que, permitam, ao mesmo tempo, a satisfação das necessidades atuais da humanidade, porém, sem descuidar das condições futuras do planeta. Não se pode tratar

o Planeta Terra, como se fôssemos a última geração a viver aqui, é preciso pensar na continuidade da humanidade.

Resumidamente, pode-se dizer que o desenvolvimento sustentável é um modelo que não esgota os recursos para o futuro. Essa definição é referendada pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que foi criada pelas Nações Unidas para propor meios de harmonizar o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental.

O problema é que, no Brasil, com tradição colonialista, exportador de matéria-prima, o modelo agropecuário capitalista e industrial volta-se exclusivamente para a produção de *commodities*, com objetivo de exportação, sem preocupação com os biomas e a conservação dos recursos naturais.

Inclusive, no atual governo, nota-se que a política pública para o desenvolvimento sustentável sofre grave revés, com incitação ao desenvolvimento de atividades exploratórias em terras indígenas, por exemplo, ou em reservas ambientais, que sofrem ameaça de redução oficial, assim como agressões ilegais, com derrubada da mata, garimpos e extração da madeira.

Geralmente, o desenvolvimento é confundido com o crescimento econômico. Ocorre que crescimento econômico depende do aumento crescente do consumo e isso demanda mais energia e recursos naturais, com agressões ambientais e consumo de recursos naturais. Esse desenvolvimento torna-se insustentável, pois leva ao esgotamento dos recursos naturais dos quais a humanidade depende no futuro, além do desequilíbrio ambiental:

[...] a crise ambiental está diretamente ligada ao modo de produção capitalista e a forma como os recursos naturais são explorados, orientado pelo pensamento dos economistas, não preocupados com questões ambientais, que defendiam entre outras coisas, que a natureza deve gerar o máximo de riquezas possível e que questões relacionadas ao meio ambiente, ao bem-estar da população, condições de vida e provimento de suas necessidades básicas eram consideradas limitantes do desenvolvimento (ANDRADE, 2022).

Acerca das interações sociais e ambientais, o autor também afirma que o desenvolvimento sustentável deve ser capaz de suprir as necessidades econômicas, sociais e ambientais do presente, com melhor distribuição espacial dos bens produzidos, promovendo justiça social e preservação dos valores culturais, diminuindo as desigualdades social e econômica.

Também é importante os olhares para a produção de alimentos, ao tempo que ela é indispensável, são necessários mecanismos capazes de assegurar as menores agressões ao ambiente:

Por exemplo, a proteção da agrobiodiversidade é uma forma de assegurar o desenvolvimento sustentável, isso precisa de esforços, entrelaçando o saber tradicional da agricultura com o acadêmico, respaldando os saberes dominados pelos agricultores (CAMPOS, 2018, p. 45).

Segundo o autor, é preciso colocar a agricultura tradicional como protagonista de desenvolvimento sustentável, mas isso depende de uma legislação, permitindo a venda de sementes com maior liberdade pelos agricultores locais, tradicionais, familiares e agroecológicos, pois, atualmente, estão no mercado apenas sementes com a maior produtividade, que demandam, cada vez mais, o uso de agroquímicos.

Em síntese, deve-se compreender que a possibilidade de garantia do desenvolvimento sustentável dá-se pela limitação do crescimento econômico, segundo Andrade (2022), com manejo adequado dos recursos naturais, com vistas à preservação e ampliação da biodiversidade dos agroecossistemas, estabelecendo a interação entre as culturas de plantas, solo e animais, possibilitando a regeneração da fertilidade do solo, mantendo a produtividade e proteção das culturas. Enfim, essa concepção vem ao encontro do estabelecido entre agricultores que cultivam o milho crioulo.

MILHO CRIOULO E SABERES TRADICIONAIS

Tratar de milho crioulo implica a abordagem da conservação das sementes crioulas e dos saberes tradicionais. Estes são temas indissociáveis, pois um não subsiste sem o outro. Os agricultores que resistem às tecnologias ou mesmo os que não têm condições de adquiri-las, utilizam experiências de antepassados, agregando situações cotidianas para a garantia do seu sustento e manutenção familiar e da propriedade, quando possuem. As sementes estão no centro da produção de alimentos: “As sementes usadas na agricultura podem ser, e tradicionalmente, têm sido entidades biológicas que se reproduzem rotineiramente de uma safra para outra” (SHIVA, 2001, p. 10).

É uma prática corrente entre povos originários e comunidades tradicionais que preservam seus saberes, sua cultura e seu compromisso com um modelo de desenvolvimento capaz de, ao mesmo tempo, garantir a subsistência e preservar o ambiente, nas condições apropriadas para a vida.

Conforme Kelly Cassol (2013), são as interfaces das práticas socioculturais na agricultura familiar com a visão econômica que precisam ser compreendidas para além da produtividade, mantendo uma relação com a natureza, ao se comprometerem com a conservação das cultivares crioulas, dando visibilidade aos saberes tradicionais que direcionam as suas vidas.

Portanto, as sementes crioulas fazem parte de um patrimônio, que é, ao mesmo tempo, cultural, mas também estrutural de determinados grupos sociais. São diversos movimentos sociais que estão comprometidos em larga escala com esse debate, por exemplo, na discussão da segurança alimentar. Neste sentido, segundo Esther Vivas (2014), em 1996, o movimento internacional de agricultores, a Via Camponesa, propôs, pela primeira vez, o conceito de “segurança alimentar” na cimeira da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) em Roma.

A organização camponesa reflete nas práticas cotidianas dos agricultores comprometidos com o desenvolvimento sustentável, sendo uma das suas práticas a não utilização de agroquímicos na produção. De acordo com Campos (2018), observando as práticas dos agricultores familiares camponeses percebe-se a proximidade entre as sementes crioulas e a produção agroecológica, pois dispensam a utilização de diversas tecnologias da agricultura industrial e capitalista, mantendo práticas e tradições ancestrais.

Por outro lado, esse movimento envolvendo sementes crioulas e saberes tradicionais não é estático, ele está em constante reconstrução, fomentando a realização de muitas pesquisas relacionadas, como dissertações e teses, que buscam trazer o debate para a academia, permitindo o entrelaçamento de percepções e contribuições mútuas, entre a universidade e os agricultores: “No centro dessa pesquisa, está presente a intenção de propor um sistema comunitário de proteção do melhoramento das sementes crioulas, com o reconhecimento dos direitos dos agricultores sobre as melhorias que agregam a cada safra” (CAMPOS, 2018, p. 21). Isso pode ocorrer através do compromisso acadêmico com os saberes tradicionais e as sementes crioulas:

Em estudos e pesquisas anteriores, desenvolvi a concepção de que “os agricultores que cultivam e melhoram sementes crioulas são pesquisadores”. No momento, com o aprofundamento adequado ao caso, estou percebendo o quanto é necessária uma reflexão que aponte alternativas na proteção e na manutenção das sementes crioulas (CAMPOS, 2018, p. 21).

Essa contribuição, através da pesquisa acadêmica, impacta na valorização das sementes crioulas, que representam uma boa alternativa pela a sua capacidade de regeneração e amplitude genética: “As sementes usadas na agricultura podem ser, e tradicionalmente, têm sido entidades biológicas que se reproduzem rotineiramente de uma safra para outra” (SHIVA, 2001, p. 10). Portanto, o milho crioulo, para além da subsistência de agricultores camponeses, pobres e excluídos, pode contribuir com a segurança e soberania alimentar e com o desenvolvimento sustentável. No entanto, isso não pode ser responsabilidade exclusiva dos agricultores, é indispensável a existência de políticas públicas voltadas para o fomento dessa condição.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Atualmente, vive-se sob a égide do desmonte dos serviços públicos voltados para a preservação ambiental, pois são inexistentes políticas públicas, planejadas de forma a assegurar o equilíbrio ambiental no país, bem como limitar os efeitos predatórios da ganância do capital e das pessoas em se apropriar dos recursos naturais para aumento do seu patrimônio.

Isso provoca um desequilíbrio, não apenas ambiental, mas também social. Primeiro, porque, normalmente, atinge aldeias indígenas e terras que deveriam ser protegidas. Segundo, porque isso amplia as desigualdades sociais. Terceiro, porque esse processo

gera duplo ciclo de violência, um decorrente da invasão das terras indígenas, destruindo a minguada cultura nativa ainda existente, provocando mortes. De outra banda, tem-se a violência da exclusão, da miséria e da fome, dos povos originários e dos demais brasileiros vitimados pela abissal desigualdade social e econômica.

Acerca das políticas públicas para a conservação das sementes crioulas, há uma situação parecida com aspectos ambientais, apesar de estarem diretamente relacionados com a preservação ambiental:

Na atual conjuntura onde a correlação de forças entre o agronegócio e os camponeses é completamente desproporcional, seja pela ação do capital, da indústria ou do próprio Estado, através das políticas públicas, há uma tendência à desterritorialização da agricultura camponesa, pela constante precarização das condições desse modelo de agricultura (CAMPOS, 2018, p. 68).

De acordo com o autor, essa situação fomenta outros conflitos, por não encontrarem respaldo nas políticas públicas, como a política agrícola, voltada apenas ao agronegócio e à maximização da produtividade, excluindo o camponês, que está comprometido com a sustentabilidade e a conservação da agrobiodiversidade: “[...] as políticas públicas estão voltadas exclusivamente para a agricultura tecnológica. Entre os motivos dessa opção está a padronização da produção” (CAMPOS, 2018, p. 123).

Segundo o autor, nesse processo, é indispensável que o Estado assuma seu compromisso e assegure estrutura necessária com políticas públicas que permitam a produção de alimentos, com menos agressividade ambiental, como fazem os agricultores familiares camponeses, sem apoio institucional: “[...] para favorecer iniciativas positivas, como, por exemplo, na busca de alternativas para erradicar a fome, na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, na preservação ambiental e na conservação da diversidade biológica” (CAMPOS, 2018, p. 43).

No entanto, essa preocupação de conservar a biodiversidade e estabelecer parâmetros para o desenvolvimento sustentável, através de políticas públicas, tem se demonstrado pouco eficaz ou ausente:

[...] O componente cultivado da biodiversidade tem sido, historicamente, negligenciado pelas políticas públicas, e a criação de instrumentos voltados especialmente para a sua conservação destacaria a sua importância, estimularia a produção de mais conhecimentos sobre os processos biológicos e socioculturais que geram a agrobiodiversidade, atrairia mais recursos públicos para a pesquisa e para a conservação e poderia gerar outras fontes de renda e melhorar as condições de vida dos agricultores tradicionais, agroecológicos e locais (desde que concedidos incentivos à produção agrícola sustentável) (SANTILLI, 2009, p. 405).

Alguns registros merecem destaque, no campo institucional e regulamentar, porém, isso não significa necessariamente um avanço, mas representa um passo na direção de construir política pública inovadora:

[...] O Decreto n. 6.040, de fevereiro de 2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Três conceitos importantes são apresentados no início do documento: povos e comunidades tradicionais; territórios tradicionais; desenvolvimento sustentável (SILVA PIMENTEL e RIBEIRO, 2016, p. 228).

Mesmo com o decreto citado, na prática não se verificaram avanços nas políticas públicas que respaldassem a sua devida aplicação. Isso, contudo, não inviabilizou a tomada de posição de pesquisadores comprometidos com o projeto de desenvolvimento sustentável, a partir da proteção alternativa:

[...] Destacou-se, nesse momento, a necessidade de incorporar a cultura como um elemento estratégico das políticas de desenvolvimento nacional e internacional e a importância dos conhecimentos tradicionais como fonte de riqueza material e imaterial que podem servir para o polêmico desenvolvimento sustentável (ZANIRATO e RIBEIRO, 2008, p. 285).

Na mesma direção, encontra-se o posicionamento de Santilli (2009), ao tratar da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, a qual reconhece expressamente a importância dos conhecimentos tradicionais como fonte de riqueza material e imaterial, e, em particular, dos sistemas de conhecimento das populações indígenas, e sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável, assim como a necessidade de assegurar sua adequada proteção e promoção.

Evidentemente, essas possibilidades têm alguma viabilidade de prosperar, quando incorporadas ao processo educacional, seja da educação básica ou do ensino superior. Neste aspecto, já é possível visualizar esse movimento nas escolas dos assentamentos da reforma agrária e dos povos originários, mas também ocorre em unidades localizadas nas periferias, como é o caso da EEB Tancredo Neves, que experimenta atividades nesse sentido.

PROJETOS DE ENSINO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A proposta é desafiante, levar a pesquisa para a escola. Neste sentido, a parceria institucional da UFFS com a EEB Tancredo Neves tem a potencialidade de construir alternativas pedagógicas, como é caso dos projetos de ensino, que, por meio da metodologia diferenciada, permitem a interação com a pesquisa, a universidade e as questões do cotidiano dos estudantes. Essa condição motiva os estudantes, contribuindo na superação das dificuldades: “De modo geral, pode-se dizer que a dificuldade na aprendizagem dos conhecimentos de ciência e tecnologia estão impregnadas por defasagem nos aspectos pedagógicos, curriculares e metodológicos” (CAMPOS, 2018, p. 41).

Algumas posições são mais empolgadas sobre a proposta, como é a de Pellegrini (2005), que considera a mística na missão de educador com sua dimensão de “amar”, desejo de ensinar e aprender a paixão pela missão de educar e de transmitir conhecimento, formar novas gerações com novos valores, construir com os estudantes a riqueza da vida

humana.

Um projeto alternativo somente é viável com a aplicação de metodologia flexibilizada, desenvolvendo, no estudante, a capacidade de construir e reconstruir conceitos, como explica Demo (2003), a “reconstrução” é a instrumentação mais competente da cidadania é o conhecimento inovador. Neste sentido, como afirma Campos (2018), a pesquisa é um dos instrumentos que melhor fornece o instrumento de aprendizagem no ensino médio, através da aproximação da academia com as escolas da educação básica.

Demo (2003) supõe que o professor se interesse por cada aluno, busque conhecer suas motivações e seus contextos culturais, estabeleça com ele um relacionamento de confiança mútua, tranquila, sem decair em abusos e democratismos, assim, ele estaria se inserindo em um contexto social, político, econômico e cultural, real, no qual é forçado a interagir com esse meio, sendo, com isso, possível que desperte para a sua aprendizagem significativa.

Evidentemente, isso não ocorre em passe de mágica, depende da aproximação do educador com a realidade, a escolha adequada dos conteúdos que permitem algum grau de flexibilidade metodológica para que possa ser integrado ao projeto e receba o engajamento dos estudantes.

Por exemplo, este projeto, com uma interação da área de Química com a realidade ambiental e a alimentação vem ao encontro das discussões da sustentabilidade buscada pelos agricultores camponeses, que cultivam as sementes crioulas, preservam o ambiente e conservam o germoplasma. Portanto, ao chegar à horta, para desenvolver atividades práticas, envolvendo o solo, sua composição química e os efeitos que a agricultura tecnológica provoca sobre ele, os estudantes estarão mergulhando em um aprendizado real, concreto, pois terão a oportunidade de assimilar o conteúdo, desenvolver atividades laboratoriais e realizar as reflexões acerca de todo o contexto.

Observando os resultados obtidos, bem como as avaliações decorrentes, é possível indicar que os projetos de ensino, com articulações com o ensino e a pesquisa, potencializam a aprendizagem dos conteúdos escolares. Por exemplo, como ocorre no componente de Química, que permite essa realização. Como argumenta Smole (2003), um projeto de ensino não serve a qualquer realidade, ele precisa estar relacionando a uma específica, não repetitiva, com caráter eventualmente experimental, implicando uma estrutura particular e inédita de operações que permitem realizá-lo.

Segundo o autor, nos projetos, é importante um bom planejamento, também é indispensável a compreensão de que a pesquisa deve ser vista como metodologia inovadora em sala de aula, tendo situações do cotidiano como potenciais motivadores de posturas transformadoras entre os estudantes.

Portanto, quando os estudantes, em parceria com pessoas da comunidade, plantam as sementes crioulas e discutem acerca do seu papel na produção de alimentos e no desenvolvimento sustentável, eles estão apropriando-se de uma metodologia, que inova na

forma de receber os conteúdos, interagindo inequivocamente com a realidade, que talvez não lhes seja familiar, mas que, de alguma forma, encontra significado.

Eles conseguirão olhar para suas famílias, suas histórias de vida e compreender que, em cada passo, há saberes, que ora afloram com maior ou menor potencial, e os saberes tradicionais são um caso em que é possível dimensionar esse reconhecimento, gerando aprendizagem significativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, é importante destacar que esta é uma experiência que pode ser considerada interdisciplinar, seja pelos caminhos metodológicos percorridos ou pelos resultados obtidos. Também há de se considerar que a pesquisa, que trata das sementes crioulas, aborda aspectos biológicos, sociais e jurídicos. Além disso, a discussão envolvendo aspectos ambientais e desenvolvimentista aponta para a compreensão interdisciplinar.

Na pesquisa que tratou dos saberes tradicionais e das sementes crioulas foi analisada a legislação nacional, internacional, os tratados e os acordos internacionais que enfocam a questão. A partir das análises, é possível dizer que não existem políticas públicas significativas na conservação das sementes crioulas, deixando a responsabilidade de sua manutenção e utilização em benefício da segurança e soberania alimentar e do desenvolvimento sustentável exclusivamente aos agricultores.

Observa-se que, no Brasil, as políticas públicas voltadas para a conservação e a utilização das sementes crioulas constam apenas nas exceções dos programas de desenvolvimento da agricultura ou da legislação, não assegurando a sua proteção e garantia de continuidade na produção de alimentos e na própria conservação da variabilidade genética presente nelas.

Inclusive, cabe registrar que os agricultores que utilizam sementes crioulas em sua produção encontram dificuldades de obter financiamento bancário e seguro agrícola para a lavoura. Em contrapartida, o país opta pelo forte incentivo ao agronegócio, um modelo de agricultura voltado à produção de *commodities*, com grande utilização de agroquímicos, da mecanização e de sementes transgênicas que ameaçam a sustentabilidade socioambiental. Esse modelo capitalista, na prática, se territorializa no campo, provoca o êxodo rural e o rápido aumento da população urbana, com consequências prejudiciais às pessoas e à organização social, com reflexos negativos nas políticas públicas em geral.

Os agricultores que conservam as sementes crioulas conseguem apoio apenas dos movimentos sociais, pois o Estado está ausente das políticas públicas na manutenção da agricultura tradicional, na conservação e no melhoramento genético da diversidade nas sementes de milho crioulo, implicando prejuízos ao desenvolvimento sustentável.

A interdisciplinaridade materializa-se ao articular a pesquisa e extensão com o ensino, principalmente na educação básica. Neste sentido, o projeto de ensino presta-se

como instrumento importante, permitindo a utilização de metodologia adequada, capaz de dar respostas satisfatórias.

Percebe-se que a discussão dos saberes tradicionais e as aulas experimentais na instituição básica ou nos laboratórios possibilita uma apropriação pelos estudantes dos conteúdos de Química, com maior facilidade e profundidade, bem como a percepção sobre as relações que ocorrem entre eles.

Acerca do tema, constata-se que o Brasil não possui políticas públicas adequadas à conservação das sementes crioulas, deixando a responsabilidade com os agricultores e movimentos sociais, sendo que isso impacta no desenvolvimento sustentável que poderia ser fortalecido aliando as políticas públicas com as práticas dos agricultores que conservam e cultivam milho crioulo, utilizando os saberes tradicionais e práticas agroecológicas na agricultura.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Aldair Oliveira de. Et. Al. A questão ambiental e a sustentabilidade. **Educação ambiental em ação**, volume XXI, nº 79, junho-agosto/2022. Disponível em: <A QUESTÃO AMBIENTAL E A SUSTENTABILIDADE (revistaea.org)>. Acesso em: 17/07/2022.

CAMPOS, Antônio Valmor de. **Território do milho crioulo**: a propriedade intelectual coletiva e o melhoramento genético como estratégia de reprodução social. Tese - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas. Orientador: Carmen Rejane Flores Wizniewsky. Coorientador: Attico Inácio Chassot, 2018.

CASSOL, Kelly Perlin. **Construindo a autonomia**: O caso da Associação dos Guardiões das Sementes Crioulas de Ibarama/RS. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS). Orientadora: Prof.^a Dr.^a Carmen Rejane Flores Wizniewsky. Santa Maria, 2013.

BUTZKE, Luciana. THEIS, Ivo Marcos. Planejamento regional e a questão ambiental em Santa Catarina. In FERREIRA, Angela Duarte Damasco. FLORIANI, Dimas. LIMA, Myrian Del Vecchio. Desenvolvimento sustentável e meio ambiente: planejamento social e natureza recriada. Curitiba, PR: Ed. UFPR, nº 16, 2007.

MENDES, Marina Ceccato. **Desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt2.html>. Acesso em 05/05/2011.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. São Paulo: Petrópolis, 2009.

SILVA PIMENTEL, Márcia Aparecida. RIBEIRO, Wagner Costa. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. **GEOSP**: espaço e tempo (Online), v. 20, N. 2, p. 224-237, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2014.84539>>; ISSN 2179-0892; Acesso em 22/02/2017.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Tradução de Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

ZANIRATO, Silvia Helena. RIBEIRO, Wagner Costa. Conhecimento tradicional e propriedade intelectual nas organizações multilaterais. **Ambiente e sociedade** – Campinas – v. X, n. 1, p. 39-55, jan-jun, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a04>; Acesso em 16/07/2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Altamira 92, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107

Aperfeiçoamento 30, 37, 38, 41, 50, 52

Aprendizado 16, 18, 22, 112, 118

Autônomo 55, 168, 203

B

Behavior 134, 136, 137, 144, 161, 211

Biblioteca 22, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 172, 221

Blockchain 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74

Brasil 4, 5, 6, 8, 10, 12, 13, 24, 25, 28, 30, 33, 34, 35, 38, 42, 45, 46, 52, 53, 55, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 96, 97, 99, 102, 104, 105, 106, 111, 113, 119, 120, 122, 124, 126, 127, 131, 132, 133, 150, 152, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 182, 183, 184, 190, 195, 196, 198, 202, 203, 204, 205, 208, 209, 210, 220, 232

C

Combate 44, 70, 83, 86, 88, 92, 96, 98, 161, 162, 164, 166, 167, 169, 170, 177, 179, 182, 183, 184

Conflitos 60, 68, 70, 72, 92, 94, 95, 96, 98, 100, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 116, 120, 214, 228, 230

Covid-19 1, 2, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 58

Crioulas 109, 110, 111, 114, 115, 116, 118, 119, 120

D

Dicotomia 75, 76

Drogas 34, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 98, 99, 102, 226

E

Empreendedorismo 16, 17, 18, 22, 205

Empresas 16, 17, 18, 19, 20, 22, 56, 57, 85, 100, 154, 164, 166, 170, 186, 187, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 204, 206, 208, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221

Estado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 49, 55, 56, 57, 59, 64, 72, 84, 85, 87, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 111, 116, 119, 122, 123, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 151, 161, 162, 163,

164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 179, 182, 184, 189, 198, 203

I

Impacto 7, 14, 41, 73, 83, 84, 87, 89, 102, 112, 166, 168, 186, 190, 192, 193, 226, 230

Inconstitucional 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 12, 13, 14, 15

Ineficácia 1

Informação 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 66, 90, 150, 161, 162, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 179, 181, 187, 193, 194, 196, 204, 233

Interdisciplinaridade 16, 18, 119

L

Logística 32, 86, 186, 187, 192, 193, 194, 195

M

Massacre 92, 93, 95, 98, 99, 100, 102, 104, 105

Movimentos 58, 109, 114, 119, 120, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 159, 160, 164, 197, 202, 204, 222

Multidimensional 134, 137

Mundo 6, 17, 24, 43, 59, 73, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 85, 87, 149, 150, 153, 154, 155, 157, 159, 163, 164, 166, 174, 189, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 226, 230, 232

P

Paris 64, 92, 106, 108, 147, 150, 173, 174, 176, 178, 179, 180, 183, 232

Polícia 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 34, 35, 36, 86, 87, 97, 98, 168

Portugal 123, 134, 135, 138, 140, 141, 147, 148

Povo 3, 106, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 132, 150, 151, 152, 156, 166

R

Registro 32, 33, 35, 40, 42, 49, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 183, 206, 212

Revolução digital 196, 197, 198, 201, 202, 204, 207, 208

Riqueza 75, 76, 77, 78, 81, 117, 127, 153, 166, 173, 200, 203

Rondônia 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 36

Ruas 31, 132, 149, 150, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 223, 227, 230, 232, 233

S

Segurança 4, 9, 14, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 49, 62, 68, 69, 71, 72, 73, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 99, 100, 114, 115, 119, 130, 153, 159, 163, 165, 181, 189, 190, 192, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 233

T

Trabalho 1, 2, 6, 7, 11, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 43, 44, 45, 48, 50, 57, 62, 68, 69, 75, 76, 81, 84, 87, 88, 90, 94, 95, 98, 102, 124, 130, 131, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 169, 187, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 233

Tráfico 83, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 97, 98, 99, 100, 102

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

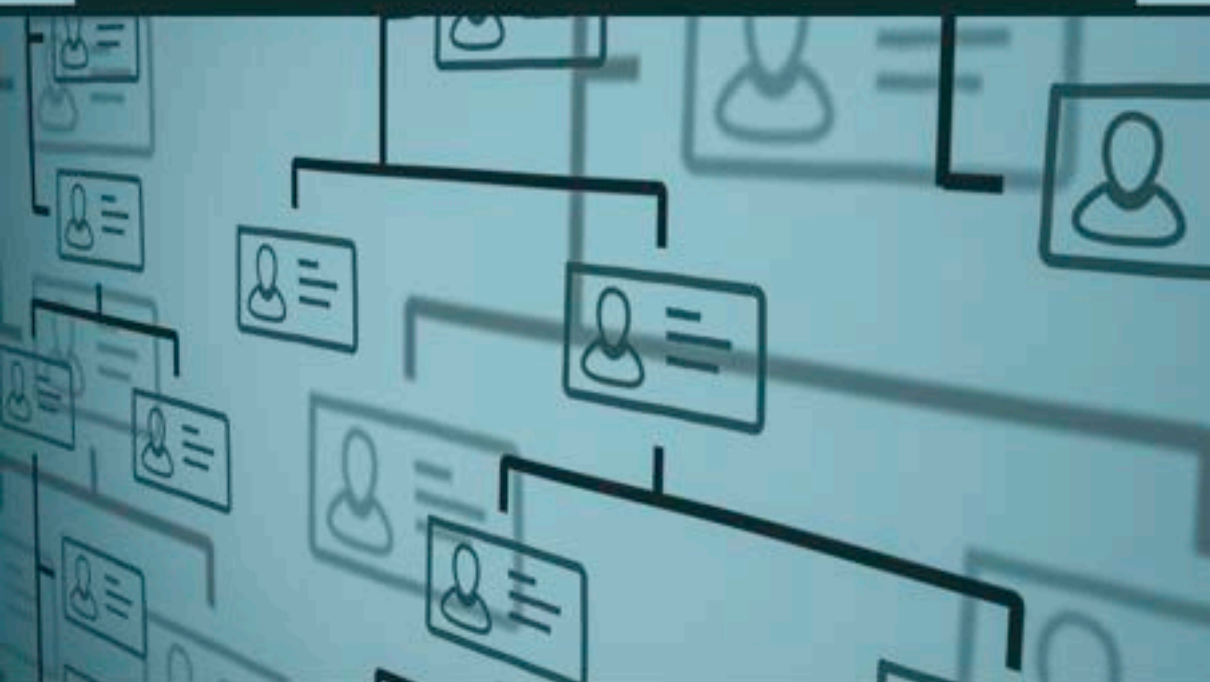


CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional


Ano 2022

🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional


Ano 2022